



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

REUNIÃO COM GOVERNADORES

Palácio da Alvorada
16 de maio

O Presidente José Sarney se reúne com 22 governadores, a fim de discutir as diretrizes econômicas para os próximos dois anos, a fim de garantir a transição. Objetivos principais do plano econômico de emergência: conter a inflação, garantir a retomada de crescimento da economia e reduzir as disparidades de renda dos assalariados. O Presidente pede apoio político para o plano, que prevê grande redução do déficit público.

14 de maio — A imprensa noticia que a missão do FMI que está no Brasil, queixa-se de que não recebe informações suficientes dos órgãos governamentais para trabalhar.

16 de maio — Após cinco horas de reunião no Palácio da Alvorada, o Presidente Sarney compromete-se com 22 Governadores a combater as causas da crise econômica sem cair na recessão e no achatamento de salário.

As nossas dificuldades passaram ao vocabulário cotidiano e se expressam na elevação continuada e pertinaz dos preços; no déficit público, difícil de combater efetivamente; nos níveis excessivos de endividamento interno e externo.

A hora requer decisão.

De um lado, é nosso dever perseverar nas ações de governo corretivas das iniquidades sociais, do desenvolvimento econômico, da miséria. É indispensável superar a timidez do progresso nas áreas do saber, da inteligência, da cultura, da tecnologia, para colocar o Brasil no seu lugar entre as nações.

Mas, para chegar lá, todos precisamos de uma postura nova, contemporânea. Incumbe a esta geração, e mais ainda aos que exercem o poder, prever com bom-senso e prover com ousadia. Evitar que a multiplicação das dificuldades resulte em desânimo, atraso, e nos faça perder o nosso momento na História.

O meu Governo aceita o desafio.

Agora, e até o fim do meu mandato, vamos respeitar os fatos, para transformá-los. Praticamente, não há divergências no diagnóstico da nossa realidade. Vamos enfrentá-la com realismo. Reativar os investimentos privados. Melhorar a oferta de empregos. Lutar por novos ganhos reais e permanentes no salário dos trabalhadores.

Para que isso aconteça, precisamos fazer do potencial do Brasil um instrumento presente e vivo de bem-estar, principalmente dos mais necessitados. Os que menos recursos e potencial têm para romper as cadeias da pobreza.

Somente assim o esforço de pôr em ordem a economia será entendido e sentido pela família brasileira.

E como se dará esse esforço?

Com a participação de todos, conforme linhas de ação que estabelecemos aqui, consensualmente, tendo em vista três objetivos básicos para 1988 e 1989:

- conter a aceleração do processo inflacionário;
- garantir os meios para retomar o crescimento da economia e dar acesso, a milhões de jovens, ao mercado de trabalho;
- reduzir as disparidades de renda, compromisso histórico dos brasileiros de hoje.

As iniciativas com que vimos buscando e com que continuaremos a buscar tais resultados estão subordinadas aos seguintes vetores:

-
- redução imediata do déficit público;
 - maior abertura da economia brasileira aos mercados mundiais, a partir da normalização de nossas relações com a comunidade financeira internacional;
 - modernização e expansão da economia nacional;
 - manutenção dos compromissos do Governo na área social.

Entretanto, esses objetivos ficariam incompletos se não se sujeitassem a metas políticas. Pois se é verdade que as dificuldades e os problemas que temos hoje duram demais, desafiam a nossa tolerância e a nossa resistência, também é verdade que só poderemos encaminhar as melhores soluções no campo aberto do debate, das pressões legítimas, da liberdade democrática.

O meu Governo vem adotando uma série de medidas, e adotará outras, que determinarei aos meus ministros.

Essas providências estão enumeradas em documento formulado com uma parcela de colaboração patriótica dos senhores governadores, que a área econômica divulgará.

O que já está feito, e não é pouco — embora seus efeitos só se façam sentir por inteiro nos próximos meses —, confio que seja suficiente para impedir o colapso da economia. Resta-nos agir com determinação e dispor do apoio necessário para recolocar a economia nos trilhos.

Vamos, juntos, alicerçar o cenário em que se darão as transformações institucionais objeto de decisão da Assembleia Nacional Constituinte, de modo a impedir que o risco da hiperinflação invalide o esforço de reconstrução democrática.

Mais do que combater o déficit público, processa-se dentro do governo um esforço sustentado de simplificação, desburocratização e desestatização.

Há resultados. O governo não se apresenta de mãos vazias. O BNDES já vendeu 12 empresas oriundas do setor privado. Nove outras têm programada a sua transferência de controle ainda em 1988. A criação das *goldem shares*, já proposta ao Congresso Nacional, permitirá ir além: vender

participação da União e mesmo o controle acionário de numerosas estatais, com exceção da PETROBRÁS.

Diante da falta de recursos públicos, é este o caminho de salvar essas empresas.

Vou assinar nos próximos dias ato que revoga a exigência da aprovação prévia de projetos privados, pelas autoridades do Executivo, exceto os casos expressamente previstos em lei. Quer dizer: quem quiser empreender, está livre para fazê-lo, sem licença de ninguém, desde que não solicite incentivos, isenções ou quaisquer outros estímulos fiscais ou creditícios federais.

Nos dois anos à nossa frente, por esse e por outros instrumentos, devolveremos ao setor privado a liberdade de iniciativa da qual o Estado se apossou.

Ainda esta semana criaremos uma nova política industrial, agora sob retoques finais dos ministérios da área econômica. Vamos desbastar e reduzir ao mínimo a burocracia, de modo que a livre iniciativa possa ser realmente livre. E decidir, como lhe compete, abrindo novos patamares de tecnologia e comercialização.

Pelas novas regras, o CDI deixa de ser purgatório burocrático das empresas desejosas de realizar. Em vez de chancelador — às vezes imprevisivelmente discricionário — de projetos, passa a determinar prioridades, emitir diretrizes e estabelecer critérios gerais para a administração dos incentivos e estímulos ao desenvolvimento industrial, à produtividade, à diversificação da oferta, à abertura do mercado e à competitividade interna e externa dos produtos feitos no Brasil.

Na mesma perspectiva, o comércio exterior passa por verdadeira reviravolta de simplificação, desestatização e desburocratização. Na exportação, liberalizamos as vendas externas de produtos agrícolas, como soja e derivados, algodão, milho e arroz. Estamos eliminando os controles prévios sobre cerca de três mil produtos. E vamos privatizar as exportações de açúcar. Depois, faremos o mesmo com outras *commodities*.

Ao mesmo tempo em que nos retiramos do papel tutelar, vamos estimular o mercado de capitais a ocupar novos

espaços no seu papel de catalisador do desenvolvimento e da democratização da propriedade das empresas. Inclusive como agente e meio da privatização das sociedades de economia mista.

Do mesmo modo, o Estado está diminuindo e vai reduzir ainda mais suas intervenções no setor rural. Hoje, o agricultor e o criador vêem limitada sua capacidade de decidir o quê, quando e quanto plantar, criar, colher, vender. Aos poucos, mas com segurança, como em outras áreas, a produção agropecuária nacional foi sendo assumida pela burocracia, que jamais planta ou colhe coisa alguma. Isso deve acabar.

Os mecanismos de estímulos à produção agropecuária, à agroindústria e à transformação e industrialização de alimentos e outros produtos rurais continuarão. Mas ainda dentro dos dois próximos anos, vamos devolver ao campo o poder decisório e a responsabilidade econômica que o Estado chamou a si.

Retomar o crescimento econômico, conforme o desejo de todos, implica manter um fluxo adequado de recursos originários do exterior — em complemento, e até mesmo a título de emulação aos investimentos nacionais. Esse objetivo depende, concreta e realisticamente, de voltarmos a manter relações normais com a comunidade financeira internacional.

Em negociações conduzidas no quadro da soberania nacional estamos próximos de concluir, com nossos credores, um acordo plurianual satisfatório.

Vamos também negociar empréstimos setoriais com o Banco Mundial — além dos tradicionais financiamentos a projetos — para recuperar o setor energético; modernizar os setores agrícola e agroindustrial; reordenar o sistema financeiro; e reformar o sistema tarifário.

Do acordo com o FMI depende a renegociação da dívida brasileira com o Clube de Paris. Esta, por sua vez, reabrirá o financiamento das importações brasileiras pelas agências oficiais dos respectivos governos.

Voltadas principalmente para os bens de capital, essas importações permitirão expandir e modernizar o parque in-

dustrial brasileiro, já com evidentes sinais de obsolescência. O acordo com o FMI, diante de uma nova realidade, não será feito com o compromisso de recessão.

Quero hoje reafirmar que o objetivo final do desenvolvimento é eminentemente social: proporcionar o bem-estar, o conforto, a segurança e o progresso individual dos brasileiros e brasileiras.

Nisto me empenharei pessoalmente, com a colaboração de todo o meu Governo, pelos próximos dois anos.

A eleição, em novembro próximo, de mais de quatro mil prefeitos e cerca de 50 mil vereadores em todos os municípios do Brasil, mais a eleição direta do próximo presidente da República marcarão o término do processo de transição — mais longo, mais difícil, mais conflituoso do que todos imaginávamos.

Tudo isso pressupõe, também, a consolidação do sistema partidário — requisito para a estabilidade das instituições criadas pela nova Constituição — seja para mantê-las, seja para modificá-las, conforme dispuser a maioria do eleitorado.

A nova ordem democrática exigirá, também, maior participação dos interessados na elaboração das normas, leis e regulamentos que afetem sua vida.

Reafirmo: a prioridade ao setor social não será esquecida nem diminuídos os gastos e investimentos na área.

Por fim, na área política internacional, vamos manter nossa postura de integração com a América Latina; nossos laços de cooperação com os países desenvolvidos e de solidariedade com os povos em desenvolvimento.

Em uma palavra: manteremos relações internacionais adultas, modernas, e voltadas para o bem do nosso e dos povos irmãos.

Eu quis ouvi-los para recolher a contribuição da sua experiência e do seu espírito público.

A travessia política, econômica e social em que a Nação está empenhada não pode prescindir da cooperação dos seus melhores. Está reunido aqui o colégio das lideranças de maior responsabilidade sobre o destino brasileiro.

Mais do que ao Presidente da República ou ao Governo, a quota oferecida por todos e cada um dos senhores é um serviço ao Brasil.

Estou seguro de que o nosso gesto patriótico e solidário terá acolhida, compreensão e sincera ajuda no coração de todos os brasileiros, para os quais trabalhamos.